



CREDENCIAMENTO N.º 005/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016/2024
PROCESSO N.º 135/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS - MG**, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO, com a utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, objetivando credenciar prestadores de serviços de ultrassonografia, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

O edital e seus anexos estarão disponíveis para download na Página Oficial do Município <https://www.trespontas.mg.gov.br/licitacoes>. O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, para o seguinte endereço: credenciamentopublico@trespontas.mg.gov.br, a partir do dia **04 DE JULHO DE 2024**.

I – DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviços de alvenaria (pedreiro e servente) em manutenção predial, objetivando sanar a demanda emergente no Município de Três Pontas/MG, devido a necessidade de realização de pequenos reparos e ampliações nos prédios públicos, manutenção das ruas e calçadas, praças, dentre outros serviços, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes abaixo e demais disposições deste edital:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UNIDADE	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
01	51721	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO	R\$ 170,00
02	51727	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	R\$100,00

1.1.1 - As quantidades da tabela são estimadas para o período de 12 meses.

1.1.2 - Trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de consumo nas quantidades estimadas na tabela.

1.1.3 - Diária de 8 horas/dia.

1.2 – É parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Solicitação de Credenciamento
- Anexo II – Minuta do Termo de Credenciamento
- Anexo III – Termo de Referência

II – DO ÓRGÃO SOLICITANTE

2.1 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO





3.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão enviar os documentos indicados no item 4 desse edital pelo endereço eletrônico credenciamentopublico@trespontas.mg.gov.br.

3.1.1 – A interessada deverá entrar em contato com este órgão para confirmar o recebimento do e-mail, considerando que, por se tratar de correio eletrônico, pode ocorrer falha no recebimento.

3.2. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão preencher e-mail válido e ativo no Anexo I - Solicitação de Credenciamento.

3.3. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

3.4. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

3.5. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

3.6. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

a) Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

b) Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

c) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021;

d) Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei 14.133/2021;

e) Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

f) Possuem profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do Município credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

3.7. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio do Anexo I - Solicitação de Credenciamento, devidamente preenchidos, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

3.8. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1 – As pessoas jurídicas deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;





- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade para com o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão de regularidade de débito expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão de regularidade de débito expedida pela Fazenda Estadual;
- e) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;
- f) Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VIII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- g) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- h) comprovação de aptidão, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

V - DA ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Aberto o período para solicitações de credenciamento, as interessadas enviarão pelo endereço eletrônico credenciamentopublico@trespontas.mg.gov.br, toda a documentação de habilitação prevista no Item 4. 1.

5.2 - A análise dos documentos de habilitação será realizada pelo Agente de Contratação ou Equipe de Contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega e recebimento pela Prefeitura de Três Pontas/MG.

5.3 - A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

5.4 - Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

VI – ADESÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

6.1 – Torna-se implícito que os proponentes ao responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos;

6.2 – O credenciamento permanecerá aberto a qualquer interessado que preencha os requisitos exigidos neste termo e que poderá apresentar a documentação exigida em qualquer tempo da vigência do credenciamento, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital, sendo que os serviços serão





prestados em regime de revezamento e o primeiro serviço será encaminhado para a primeira empresa que solicitar adesão ao credenciamento.

6.3. Será descredenciado, a qualquer tempo, o Credenciado que não mantiver, durante o curso de contrato, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, bem como o que rejeitar qualquer serviço objeto do presente edital, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta.

6.4. O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

VII - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os serviços deverão ser executados em locais diversos, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante solicitação através de Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.

7.2 - Antes de iniciar qualquer serviço, a Secretaria solicitante analisará a demanda e emitirá uma ordem de compra, especificando o número de profissionais necessários para a execução dos serviços. A empresa credenciada é responsável por disponibilizar os profissionais conforme a ordem emitida.

7.3 - A empresa credenciada deverá manter e disponibilizar à Prefeitura um relatório diário dos serviços prestados. Este relatório deve incluir uma relação nominal dos pedreiros e serventes que realizaram os serviços no respectivo dia.

7.4 - Para o recebimento dos serviços, a Secretaria poderá contar com o assessoramento dos profissionais lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

7.5 - Caso seja verificado que a empresa agiu com má-fé, serão tomadas imediatamente as medidas administrativas, penais e civis cabíveis.

VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Cumprir fielmente a prestação do serviço contratado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

8.2 - Manter a execução dos serviços ora contratados com pessoal especializado, maior de 18 anos, respondendo integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Três Pontas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, devendo tais danos ser reparados, imediatamente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

8.3 - Comparecer à sede da Prefeitura de Três Pontas ou de Secretaria Municipal, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do envio de ofício, para esclarecimentos de quaisquer problemas relativos ao serviço prestado.

8.4 - Comunicar imediatamente ao Município, através de ofício, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.

8.5 - Promover a prestação do serviço somente com prévia autorização do Município de Três Pontas.





8.6 - Após autorização da Prefeitura, a Contratada fica obrigada a iniciar a prestação do serviço no prazo de até 03 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.

8.7 - Substituir no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação, a prestação do serviço em desconformidade com o edital ou com o solicitado pela Secretaria Municipal.

8.8 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Três Pontas/MG referente às condições firmadas na Termo de Credenciamento.

8.9 - Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da assinatura do Termo de Credenciamento.

8.10 - Manter, durante o prazo de vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

8.11 - Assegurar, durante a execução dos serviços, que a empresa mantenha o pessoal uniformizado e com uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) quando necessários, obedecendo as legislações e normativas trabalhistas vigentes.

8.12 - Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer dos empregados em serviço cuja apresentação, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias.

8.13 - Submeter-se às condições contratuais quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos, controle de presença e permanência dos empregados em serviço, incumbindo-se de substituir os que entrarem em licença médica, férias, ou, ainda, os que não comparecerem ao trabalho por qualquer motivo.

8.14 - Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social, ficando clara a inexistência entre seus empregados e a Contratante de vínculo empregatício de qualquer natureza.

8.15 - A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços em conformidade com as especificações descritas nesse Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

8.16 - Serão recusados os serviços que não atendam às especificações constantes neste Edital e/ou que não estejam adequadas para o uso.

8.17 - Todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como fretes e/ou transportes de pessoal e equipamentos, correrão à custa exclusivamente da credenciada.

8.18 - Manter seguro contra riscos de acidente de trabalho, as suas expensas, de todo o pessoal designado para a prestação de serviços.

8.19 - Acatar e fazer com que seus empregados acatem todas as instruções emanadas do servidor designado pela Contratante para fiscalizar a execução dos serviços.

8.20 - Zelar pela disciplina de seus empregados, os quais deverão obedecer, dentre outras normas comuns, as seguintes: vedado qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas, mercadorias, bilhetes, circulação de listas e pedidos de qualquer natureza e vedado o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante.

8.21 - Responsabilizar-se, quando necessário, pelo fornecimento de quaisquer tipos de lanches ou refeições, hospedagem ou deslocamento dos empregados, sem ônus para a Contratante.





8.22 - Durante a execução dos trabalhos, é responsabilidade da credenciada monitorar o desempenho mínimo da mão de obra disponibilizada para a referida Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, atentando-se para o nível aceitável de qualidade e produtividade.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.2.1 - Notificar a empresa credenciada sobre qualquer irregularidade encontrada no cumprimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

9.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à credenciada nas condições estabelecidas;

9.2.3 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

9.2.4 - Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Edital.

X - DO FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

10.1 - É de inteira responsabilidade da credenciada o fornecimento de ferramentas e equipamentos que competem à função do serviço contratado, ferramentas estas que devem estar em bom estado de conservação e que supram a necessidade para prestação do serviço.

10.2 - As Tabelas a seguir apresentam a lista de ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos que deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus funcionários para a prestação dos serviços contratados, conforme o tipo (função) de serviço a ser realizado.

LISTA DE FERRAMENTAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS POR TIPO DE FUNÇÃO	
Pedreiro	Trena, nível, esquadro, prumo, colher de pedreiro, lápis, desempenadeira lisa, desempenadeira de borracha, desempenadeira dentada, filtro de espuma, brocha, martelo, marreta, martelo de borracha, jogo de chave combinada tamanhos usuais, jogo de chaves Philips e fenda, pé de cabra, alicate universal, alicate torques, mangueira de nível, talhadeira, ponteiro, arco de serra, serrote e dentre outros pertinentes à função.
Servente de Obras	Martelo, marreta, pé de cabra, talhadeira, ponteiro, raspador de rejuntas, espátula, espátula de silicone e dentre outros pertinentes à função.

LISTA DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MÍNIMOS DE USO GERAL	
Ferramentas e equipamentos manuais	Carrinho de mão, pá, enxada, ancinho, forcado reto, picareta, enxadão, trado diâmetro 20cm, vassourão, vassoura, foice, machado, alavanca de metal, machadinha picola, reservatório para água de 200l, mangueira de jardim 50m, balde de 18L, cocho de massa, andaime metálico tubular, escadas de tamanho diversos, aplicadores de silicone, régua de alumínio, cabos de energia duas e três vias tipo PP com pinos de 10A e 20A em tamanhos diversos, pistola de pintura de baixa e alta pressão e dentre outras pertinentes à execução dos serviços
Máquinas e equipamentos elétricos	Betoneira, furadeira, parafusadeira, marteleiro, rompedor, serra mármore, serra circular, serra circular de mesa, esmerilhadeira, polícorde, lixadeira angular, lixadeira orbital, cortador de pisos e cerâmicas, vibrador de concreto, lavadora de alta pressão,





	aspirador de pó, compressor de ar portátil e dentre outras pertinentes à execução dos serviços
--	--

10.3 - O não fornecimento das ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos necessários para a prestação dos serviços, conforme especificado nas Tabelas acima, acarretará na recusa ao objeto do contrato por parte da fiscalização municipal.

10.4 - O fornecimento de materiais e insumos a serem utilizados na execução dos serviços ficará a cargo da Prefeitura.

XI – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

11.1 – O pagamento será feito por crédito em conta bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da devida prestação do serviço, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pela fiscalização.

11.2 – Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.3 – O valor a ser pago pelos serviços deverá seguir os estipulados no Título I do Edital.

11.4 – O valor estimado para os contratos provenientes deste Credenciamento não implicará em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pelas Secretarias Municipais, efetivamente prestados pelo contratado e recebidos pelo Município.

11.5 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, será adotado a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado - FGV), como índice para apuração da compensação financeira, cujo período será entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto deste edital estão previstos pelas dotações orçamentárias do exercício de 2024 e pelas correspondentes dos exercícios subsequentes:

02.005.0.2026.0004.0122.2000.3339030	1985	SMARH
02.003.2.2013.0012.0361.2032.3339030	135	SMED
02.003.2.2014.0012.0365.2027.3339030	156	
02.003.2.2125.0012.0365.2027.3339030	208	
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	663	SMDSH
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	2086	
02.009.0.2086.0018.0122.2000.3339030	2115	SMMA

XIII – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido via e-mail.





13.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis.

13.3 - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser realizadas por forma eletrônica, diretamente feita mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico **compras@trespontas.mg.gov.br**, com assinatura eletrônica (via token ou certificado digital), ou protocolizada na sala da Divisão de Licitações e Contratos, dirigida ao Agente de Contratação, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, eventualmente auxiliado pelo setor técnico competente.

13.4 - **O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou para outros endereços eletrônicos, bem como por aquelas que não tenham sido acusado o recebimento pelo Agente de Contratação, e que, por isso, sejam intempestivas.**

13.5 - A decisão do Agente de Contratação será divulgada no site da Prefeitura no endereço www.trespontas.mg.gov.br e poderão ser acessadas por todos os licitantes, após o prazo para resposta descrito no item 13.2.

13.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a administração.

13.7 - Os pedidos de esclarecimento e as impugnações não possuem efeito suspensivo, sendo medida excepcional, devidamente motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

XIV- DOS RECURSOS

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.7 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





14.9 - A cópia de qualquer documento pertinente ao processo só será fornecida mediante requerimento protocolado e devidamente deferido pela Autoridade Competente, exceto os que já estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG.

XV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II – multa;

a) de 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a.1) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

a.2) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado:

b.1) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar garantia contratual;

b.2) pela recusa em assinar o termo de contrato ou documento equivalente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

d.1) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

d.2) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d.4) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d.5) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

d.6) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

d.7) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d.8) dar causa à inexecução total do objeto do contrato;

d.9) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





15.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.3 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

XVI – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5 - Na eventualidade de prorrogação do prazo de vigência dos contratos por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da contratante, será reajustado conforme a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

XVII – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 - Quaisquer controvérsias e omissões deste edital serão regidas pela Lei nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

XVIII- DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

18.1 - Mais esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão de Licitações e Contratos, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário compreendido das 8 (oito) às 11 (onze) e das 13 (treze) às 17 (dezessete) horas, ou no mesmo horário pelos telefones: (35) 3661-2189 / (35) 3661-2216.

Três Pontas - MG, 18 de junho de 2024.

GABRIELA FELIX SANTOS
Agente de Contratação





ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Nome Pessoa Jurídica/Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço Completo:		
Telefone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

A proponente acima identificada vem requerer o credenciamento de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviços de alvenaria (pedreiro e servente) em manutenção predial, objetivando sanar a demanda emergente no Município de Três Pontas/MG, devido a necessidade de realização de pequenos reparos e ampliações nos prédios públicos, manutenção das ruas e calçadas, praças, dentre outros serviços, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes abaixo e demais disposições deste edital:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UNIDADE	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
01	51721	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO	R\$ 170,00
02	51727	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	R\$100,00

1.1.1 - As quantidades da tabela são estimadas para o período de 12 meses.

1.1.2 - Trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de consumo nas quantidades estimadas na tabela.

1.1.3 - Diária de 8 horas.

***ANEXAR TODOS O DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

DECLARA, para os devidos fins:

- a) QUE cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;
- b) QUE não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
- c) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.





- d) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- e) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento N.º 005/2024, acatando-as em sua totalidade;
- f) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
- g) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;
- h) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados no item 1.1 do Edital.

Local e Data.

**Assinatura do responsável pela empresa
ou preposto**
Nome completo e qualificação
Função (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)
CPF e RG





ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

REF.: CREDENCIAMENTO N.º: 005/2024

PROCESSO N.º: 135/2024

CONTRATO N.º: ____/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, com sede administrativa localizada na Praça Prefeito Francisco José de Brito, n.º 82, inscrita no CNPJ MF sob n.º 18.245.167/0001-88, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Marcelo Chaves Garcia**.

CREDENCIADA: ...

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de credenciamento, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação em epígrafe e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/ 2021, Decreto Municipal nº 12.179/2022 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviços de alvenaria (pedreiro e servente) em manutenção predial, objetivando sanar a demanda emergente no Município de Três Pontas/MG, devido a necessidade de realização de pequenos reparos e ampliações nos prédios públicos, manutenção das ruas e calçadas, praças, dentre outros serviços, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes abaixo e demais disposições deste edital:

ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UNIDADE	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
01	51721	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO	R\$ 170,00
02	51727	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	R\$100,00

1.1.2 - As quantidades da tabela são estimadas para o período de 12 meses.

1.1.2 - Trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de consumo nas quantidades estimadas na tabela.

1.1.3 - Diária de 8 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

2.1 – O pagamento será feito por crédito em conta bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da devida prestação do serviço, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pela fiscalização.

2.2 – Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

2.3 – O valor a ser pago pelos exames deverá seguir os estipulados no Título I.





2.4 – O valor estimado para os contratos provenientes deste Credenciamento não implicará em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde e efetivamente prestados pelo contratado.

2.5 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.6 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, será adotado a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado - FGV), como índice para apuração da compensação financeira, cujo período será entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto deste credenciamento estão previstos pelas dotações orçamentárias do exercício de 2024 e pelas correspondentes dos exercícios subsequentes:

02.005.0.2026.0004.0122.2000.3339030	1985	SMARH
02.003.2.2013.0012.0361.2032.3339030	135	SMED
02.003.2.2014.0012.0365.2027.3339030	156	
02.003.2.2125.0012.0365.2027.3339030	208	
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	663	SMDSH
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	2086	
02.009.0.2086.0018.0122.2000.3339030	2115	SMMA

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser executados em locais diversos, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante solicitação através de Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.

4.2 – Antes de iniciar qualquer serviço, a Secretaria solicitante analisará a demanda e emitirá uma ordem de compra, especificando o número de profissionais necessários para a execução dos serviços. A empresa credenciada é responsável por disponibilizar os profissionais conforme a ordem emitida.

4.3 - A empresa credenciada deverá manter e disponibilizar à Prefeitura um relatório diário dos serviços prestados. Este relatório deve incluir uma relação nominal dos pedreiros e serventes que realizaram os serviços no respectivo dia.

4.4 - Para o recebimento dos serviços, a Secretaria poderá contar com o assessoramento dos profissionais lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

4.5 Caso seja verificado que a empresa agiu com má-fé, serão tomadas imediatamente as medidas administrativas, penais e civis cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Cumprir fielmente a prestação do serviço contratado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.





5.2 - Manter a execução dos serviços ora contratados com pessoal especializado, maior de 18 anos, respondendo integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Três Pontas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, devendo tais danos ser reparados, imediatamente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

5.3 - Comparecer à sede da Prefeitura de Três Pontas ou de Secretaria Municipal, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do envio de ofício, para esclarecimentos de quaisquer problemas relativos ao serviço prestado.

5.4 - Comunicar imediatamente ao Município, através de ofício, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.

5.5 - Promover a prestação do serviço somente com prévia autorização do Município de Três Pontas.

5.6 - Após autorização da Prefeitura, a Contratada fica obrigada a iniciar a prestação do serviço no prazo de até 03 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.

5.7 - Substituir no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação, a prestação do serviço em desconformidade com o edital ou com o solicitado pela Secretaria Municipal.

5.8 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Três Pontas/MG referente às condições firmadas na Termo de Credenciamento.

5.9 - Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da assinatura do Termo de Credenciamento.

5.10 - Manter, durante o prazo de vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

5.11 - Assegurar, durante a execução dos serviços, que a empresa mantenha o pessoal uniformizado e com uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) quando necessários, obedecendo as legislações e normativas trabalhistas vigentes.

5.12 - Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer dos empregados em serviço cuja apresentação, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias.

5.13 - Submeter-se às condições contratuais quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos, controle de presença e permanência dos empregados em serviço, incumbindo-se de substituir os que entrarem em licença médica, férias, ou, ainda, os que não comparecerem ao trabalho por qualquer motivo.

5.14 - Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social, ficando clara a inexistência entre seus empregados e a Contratante de vínculo empregatício de qualquer natureza.

5.15 - A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços em conformidade com as especificações descritas nesse Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.16 - Serão recusados os serviços que não atendam às especificações constantes neste Edital e/ou que não estejam adequadas para o uso.





5.17 - Todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como fretes e/ou transportes de pessoal e equipamentos, correrão à custa exclusivamente da credenciada.

5.18 - Manter seguro contra riscos de acidente de trabalho, as suas expensas, de todo o pessoal designado para a prestação de serviços.

5.19 - Acatar e fazer com que seus empregados acatem todas as instruções emanadas do servidor designado pela Contratante para fiscalizar a execução dos serviços.

5.20 - Zelar pela disciplina de seus empregados, os quais deverão obedecer, dentre outras normas comuns, as seguintes: vedado qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas, mercadorias, bilhetes, circulação de listas e pedidos de qualquer natureza e vedado o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante.

5.21 - Responsabilizar-se, quando necessário, pelo fornecimento de quaisquer tipos de lanches ou refeições, hospedagem ou deslocamento dos empregados, sem ônus para a Contratante.

5.22 - Durante a execução dos trabalhos, é responsabilidade da credenciada monitorar o desempenho mínimo da mão de obra disponibilizada para a referida Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, atentando-se para o nível aceitável de qualidade e produtividade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.2.1 - Notificar a empresa credenciada sobre qualquer irregularidade encontrada no cumprimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

6.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à credenciada nas condições estabelecidas;

6.2.3 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

6.2.4 - Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

7.1 - É de inteira responsabilidade da credenciada o fornecimento de ferramentas e equipamentos que competem à função do serviço contratado, ferramentas estas que devem estar em bom estado de conservação e que supram a necessidade para prestação do serviço.

7.2 - As Tabelas a seguir apresentam a lista de ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos que deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus funcionários para a prestação dos serviços contratados, conforme o tipo (função) de serviço a ser realizado.

LISTA DE FERRAMENTAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS POR TIPO DE FUNÇÃO	
Pedreiro	Trena, nível, esquadro, prumo, colher de pedreiro, lápis, desempenadeira lisa, desempenadeira de borracha, desempenadeira dentada, filtro de espuma, brocha, martelo, marreta, martelo de borracha, jogo de chave combinada tamanhos usuais, jogo de chaves Philips e fenda, pé de cabra, alicate universal, alicate torques, mangueira de nível, talhadeira, ponteiro, arco de serra, serrote e dentre outros pertinentes à função.
Servente de Obras	Martelo, marreta, pé de cabra, talhadeira, ponteiro, raspador de rejuntas, espátula, espátula de silicone e dentre outros pertinentes à função.





LISTA DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MÍNIMOS DE USO GERAL	
Ferramentas e equipamentos manuais	Carrinho de mão, pá, enxada, ancinho, forcado reto, picareta, enxadão, trado diâmetro 20cm, vassourão, vassoura, foice, machado, alavanca de metal, machadinha picola, reservatório para água de 200l, mangueira de jardim 50m, balde de 18L, cocho de massa, andaime metálico tubular, escadas de tamanho diversos, aplicadores de silicone, réguas de alumínio, cabos de energia duas e três vias tipo PP com pinos de 10A e 20A em tamanhos diversos, pistola de pintura de baixa e alta pressão e dentre outras pertinentes à execução dos serviços
Máquinas e equipamentos elétricos	Betoneira, furadeira, parafusadeira, martetele, rompedor, serra mármore, serra circular, serra circular de mesa, esmerilhadeira, policorte, lixadeira angular, lixadeira orbital, cortador de pisos e cerâmicas, vibrador de concreto, lavadora de alta pressão, aspirador de pó, compressor de ar portátil e dentre outras pertinentes à execução dos serviços

7.3 - O não fornecimento das ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos necessários para a prestação dos serviços, conforme especificado nas Tabelas acima, acarretará a recusa ao objeto do contrato por parte da fiscalização municipal.

7.4 - O fornecimento de materiais e insumos a serem utilizados na execução dos serviços ficará a cargo da Prefeitura.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – O prazo de vigência do credenciamento será até 31/12/2025, contado da data de sua assinatura, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 - Na eventualidade de prorrogação do prazo de vigência dos contratos por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da contratante, será reajustado conforme a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 - O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 136 a 139, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis e sem que caiba à Contratado direito de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





11.1 - Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II – multa;

a) de 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a.1) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

a.2) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado:

b.1) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar garantia contratual;

b.2) pela recusa em assinar o termo de contrato ou documento equivalente;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

d.1) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

d.2) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d.4) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d.5) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

d.6) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

d.7) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d.8) dar causa à inexecução total do objeto do contrato;

d.9) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.3 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da comarca de Três Pontas, estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram, ouvindo, ao final, a respectiva leitura.

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHA: _____
CPF: _____

TESTEMUNHA: _____
CPF: _____





ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de pessoa jurídica para futura e eventual prestação de serviços de alvenaria (pedreiro e servente) em manutenção predial, objetivando sanar a demanda emergente no Município de Três Pontas/MG, devido a necessidade de realização de pequenos reparos e ampliações nos prédios públicos, manutenção das ruas e calçadas, praças, dentre outros serviços, conforme itens sintetizados abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UNIDADE	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
01	51721	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO	R\$ 170,00
02	51727	3000	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	R\$100,00

Será adotado o procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO.

Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- () Vistoria obrigatória
(X) Vistoria facultativa
() Não será exigida vistoria.

Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

- () Não
(X) Sim

Justificativa: A criação de um lote único de pedreiro e servente é justificada pela complementaridade essencial de suas funções, a eficiência operacional e a coesão da equipe, além da flexibilidade, economia de recursos e melhoria na qualidade dos serviços. Esta abordagem garante uma execução mais eficaz e eficiente dos serviços de alvenaria, atendendo de maneira otimizada às demandas do Município de Três Pontas/MG.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a necessidade de serviços de alvenaria pode variar significativamente ao longo do ano, terceirizar permite à Prefeitura ajustar a quantidade de mão-de-obra conforme a demanda, sem os entraves burocráticos e os custos fixos associados à contratação de servidores públicos. Sugere-se que seja realizado credenciamento para criar uma rede de prestadores de serviços de alvenaria, sendo esta uma medida estratégica que oferece diversos benefícios operacionais e administrativos à Prefeitura de Três Pontas/MG. Este processo permite selecionar empresas qualificadas, garantindo a qualidade dos serviços prestados com técnicas modernas. Além disso, proporciona agilidade e flexibilidade, permitindo uma resposta rápida a emergências e ajustando a quantidade de serviços conforme a demanda, sem os entraves burocráticos da contratação de novos servidores. A terceirização reduz custos com encargos trabalhistas e facilita a gestão administrativa, simplificando os processos de contratação e reduzindo a carga de gerenciamento interno.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto do credenciamento, deverão enviar os documentos indicados para endereço eletrônico a ser definido no Edital.





4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 - Os serviços deverão ser executados em locais diversos, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante solicitação através de Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.
- 2 - Antes de iniciar qualquer serviço, a Secretaria solicitante analisará a demanda e emitirá uma ordem de compra, especificando o número de profissionais necessários para a execução dos serviços. A empresa credenciada é responsável por disponibilizar os profissionais conforme a ordem emitida.
- 3 - A empresa credenciada deverá manter e disponibilizar à Prefeitura um relatório diário dos serviços prestados. Este relatório deve incluir uma relação nominal dos pedreiros e serventes que realizaram os serviços no respectivo dia.
- 4 - Para o recebimento dos serviços, a Secretaria poderá contar com o assessoramento dos profissionais lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.
- 5 - Caso seja verificado que a empresa agiu com má-fé, serão tomadas imediatamente as medidas administrativas, penais e civis cabíveis.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 - Cumprir fielmente a prestação do serviço contratado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 2 - Manter a execução dos serviços ora contratados com pessoal especializado, maior de 18 anos, respondendo integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Três Pontas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, devendo tais danos ser reparados, imediatamente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.
- 3 - Comparecer à sede da Prefeitura de Três Pontas ou de Secretaria Municipal, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do envio de ofício, para esclarecimentos de quaisquer problemas relativos ao serviço prestado.
- 4 - Comunicar imediatamente ao Município, através de ofício, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.
- 5 - **Promover a prestação do serviço somente com prévia autorização do Município de Três Pontas.**
- 6 - Após autorização da Prefeitura, a Contratada fica obrigada a iniciar a prestação do serviço no prazo de até 03 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço.
- 7 - Substituir no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação, a prestação do serviço em desconformidade com o edital ou com o solicitado pela Secretaria Municipal.
- 8 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Três Pontas/MG referente às condições firmadas na Termo de Credenciamento.
- 9 - Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da assinatura do Termo de Credenciamento.
- 10 - Manter, durante o prazo de vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.





11 - Assegurar, durante a execução dos serviços, que a empresa mantenha o pessoal uniformizado e com uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) quando necessários, obedecendo as legislações e normativas trabalhistas vigentes.

12 - Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer dos empregados em serviço cuja apresentação, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias.

13 - Submeter-se às condições contratuais quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos, controle de presença e permanência dos empregados em serviço, incumbindo-se de substituir os que entrarem em licença médica, férias, ou, ainda, os que não comparecerem ao trabalho por qualquer motivo.

14 - Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social, ficando clara a inexistência entre seus empregados e a Contratante de vínculo empregatício de qualquer natureza.

15 - A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços em conformidade com as especificações descritas nesse Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

16 - Serão recusados os serviços que não atendam às especificações constantes neste Edital e/ou que não estejam adequadas para o uso.

17 - Todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como fretes e/ou transportes de pessoal e equipamentos, correrão à custa exclusivamente da credenciada.

18 - Manter seguro contra riscos de acidente de trabalho, as suas expensas, de todo o pessoal designado para a prestação de serviços.

19 - Acatar e fazer com que seus empregados acatem todas as instruções emanadas do servidor designado pela Contratante para fiscalizar a execução dos serviços.

20 - Zelar pela disciplina de seus empregados, os quais deverão obedecer, dentre outras normas comuns, as seguintes: vedado qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas, mercadorias, bilhetes, circulação de listas e pedidos de qualquer natureza e vedado o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante.

21 - Responsabilizar-se, quando necessário, pelo fornecimento de quaisquer tipos de lanches ou refeições, hospedagem ou deslocamento dos empregados, sem ônus para a Contratante.

22 - Durante a execução dos trabalhos, é responsabilidade da credenciada monitorar o desempenho mínimo da mão de obra disponibilizada para a referida Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, atentando-se para o nível aceitável de qualidade e produtividade.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1 - Notificar a empresa credenciada sobre qualquer irregularidade encontrada no cumprimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

2 - Efetuar os pagamentos devidos à credenciada nas condições estabelecidas;

3 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;





4 - Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Edital.

DO FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

1 - É de inteira responsabilidade da credenciada o fornecimento de ferramentas e equipamentos que competem à função do serviço contratado, ferramentas estas que devem estar em bom estado de conservação e que supram a necessidade para prestação do serviço.

2 - As Tabelas a seguir apresentam a lista de ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos que deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus funcionários para a prestação dos serviços contratados, conforme o tipo (função) de serviço a ser realizado.

LISTA DE FERRAMENTAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS POR TIPO DE FUNÇÃO	
Pedreiro	Trena, nível, esquadro, prumo, colher de pedreiro, lápis, desempenadeira lisa, desempenadeira de borracha, desempenadeira dentada, filtro de espuma, brocha, martelo, marreta, martelo de borracha, jogo de chave combinada tamanhos usuais, jogo de chaves Philips e fenda, pé de cabra, alicate universal, alicate torques, mangueira de nível, talhadeira, ponteiro, arco de serra, serrote e dentre outros pertinentes à função.
Servente de Obras	Martelo, marreta, pé de cabra, talhadeira, ponteiro, raspador de rejuntas, espátula, espátula de silicone e dentre outros pertinentes à função.

LISTA DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MÍNIMOS DE USO GERAL	
Ferramentas e equipamentos manuais	Carrinho de mão, pá, enxada, ancinho, forçado reto, picareta, enxadão, trado diâmetro 20cm, vassourão, vassoura, foice, machado, alavanca de metal, machadinha picola, reservatório para água de 200l, mangueira de jardim 50m, balde de 18L, cocho de massa, andaime metálico tubular, escadas de tamanho diversos, aplicadores de silicone, régua de alumínio, cabos de energia duas e três vias tipo PP com pinos de 10A e 20A em tamanhos diversos, pistola de pintura de baixa e alta pressão e dentre outras pertinentes à execução dos serviços
Máquinas e equipamentos elétricos	Betoneira, furadeira, parafusadeira, martelete, rompedor, serra mármore, serra circular, serra circular de mesa, esmerilhadeira, policorte, lixadeira angular, lixadeira orbital, cortador de pisos e cerâmicas, vibrador de concreto, lavadora de alta pressão, aspirador de pó, compressor de ar portátil e dentre outras pertinentes à execução dos serviços

3 - O não fornecimento das ferramentas, máquinas e equipamentos mínimos necessários para a prestação dos serviços, conforme especificado nas Tabelas acima, acarretará na recusa ao objeto do contrato por parte da fiscalização municipal.

4 - O fornecimento de materiais e insumos a serem utilizados na execução dos serviços ficará a cargo da Prefeitura.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





2. A emissão de nota de empenho de despesa substitui o contrato, conforme dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6. A Prefeitura Municipal de Três Pontas, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

7. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Três Pontas em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

7. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, CNPJ n.º 18.245.167/0001-88, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

3. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da **CONTRATANTE**, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** pelo representante da **CONTRATANTE** e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pela entrega, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, regularize sua situação ou apresente sua defesa.

8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado.





9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, será adotado a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado - FGV), como índice para apuração da compensação financeira, cujo período será entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 – Referente à Habilitação Jurídica:

(X) registro comercial, no caso de empresa individual;

(X) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

(X) inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

2. Referente à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

(X) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

(X) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

(X) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;

(X) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

(X) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

(X) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





3. Referente à Qualificação Econômico-Financeira:

(X) certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4. Referente à Qualificação Técnica:

(X) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com os objetos propostos desta licitação.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

CODIFICAÇÃO	FICHA	SECRETARIA
02.005.0.2026.0004.0122.2000.3339030	1985	SMARH
02.003.2.2013.0012.0361.2032.3339030	135	SMED
02.003.2.2014.0012.0365.2027.3339030	156	
02.003.2.2125.0012.0365.2027.3339030	208	
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	663	SMDSH
02.013.1.2066.0008.0122.2000.3339030	2086	
02.009.0.2086.0018.0122.2000.3339030	2115	SMMA

11. DO VALOR ESTIMADO

1. O valor máximo estimado será de R\$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil reais)

2. Pesquisa de Mercado

() Direto com fornecedores

() Banco de Preços

(X) Preços praticados pela Administração

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA PESQUISA DE PREÇOS

A utilização dos valores do credenciamento n.º 007/2022 – inexigibilidade n.º 012/2022 – processo n.º 140/2022 como referência para o novo processo de credenciamento de serviços de alvenaria é justificada por proporcionar uma base confiável, garantir transparência e legitimidade, economizar tempo e recursos, manter consistência e padrão de qualidade, assegurar conformidade legal, e permitir benchmarking interno. Essa abordagem assegura uma definição de preços eficiente, justa e alinhada com as melhores práticas de gestão pública.

11. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Leina de Oliveira Bessa Gomes

E-mail: compra@trespontas.mg.gov.br

Telefone: (35) 3661-2189

